

UNIVERSIDADE DO ALGARVE**Editais n.º 1557/2025**

Sumário: Concurso documental internacional para a categoria de professor adjunto, na área disciplinar de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (CNAEF-725), nas subáreas de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica ou Ciências Biomédicas Laboratoriais, da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve.

Por despacho de 30 de junho de 2025 do Reitor da Universidade do Algarve, encontra-se aberto, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia útil imediato à publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental internacional para a categoria de Professor Adjunto, na área disciplinar de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (CNAEF-725), nas subáreas de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica ou Ciências Biomédicas Laboratoriais, da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve.

O presente concurso rege-se pelas disposições constantes do artigo 15.º e seguintes do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, adiante designado por ECDESP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, na sua versão atual e pelo Regulamento dos Concursos para Contratação de Pessoal das Carreiras Docentes da Universidade do Algarve, Regulamento n.º 520/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho.

O concurso será divulgado na Bolsa de Emprego Público (BEP), no prazo de 2 dias úteis, após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril, na sua versão atual, no portal Euraxess Portugal em <https://www.euraxess.pt>, e na página web da Universidade, nas línguas portuguesa e inglesa, conforme previsto no n.º 1 do artigo 29.º-B do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, na sua redação atual.

O concurso visa o preenchimento de uma (1) vaga, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do artigo 10.º-B do ECDESP, esgotando-se com o seu preenchimento.

No âmbito das competências conferidas pelas alíneas d), e) e q) do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, reserva-se ao Reitor a faculdade de, por razões ponderosas, proceder à anulação do concurso.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

I – Requisitos de admissão**1 – Requisitos de admissão:**

a) Ser titular, nos termos do artigo 17 do ECDESP, do grau de doutor na área de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica, na subárea de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica ou Ciências Biomédicas Laboratoriais, ou do título de especialista na área de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (CNAEF-725), com provas realizadas na subárea de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica;

i) Os titulares do grau de doutor obtido no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento daquele grau em Portugal nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e demais legislação aplicável;

ii) Os candidatos abrangidos pela alínea anterior que não façam prova do reconhecimento do grau até ao fim do prazo de candidatura, serão excluídos do concurso;

iii) O título de especialista mencionado na alínea a) refere-se à previsão do artigo 48.º, da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual.

b) Domínio da língua portuguesa, nos registos da fala e da escrita;

i) Os candidatos que não sejam falantes nativos de português deverão demonstrar ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo de domínio da referida língua, ou de certificado ou diploma de competência comunicativa em língua portuguesa do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, do Conselho da Europa (nível de proficiência C1) até à data do termo do prazo concedido para celebração do contrato, quando aplicável.

c) Reunir os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECDESP.

2 – Serão excluídos do concurso os candidatos que:

a) Não possuam o grau de doutor, na área de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica, na subárea de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica ou Ciências Biomédicas Laboratoriais ou o título de especialista na área de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (CNAEF-725), com provas realizadas na subárea de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica nos termos definidos na alínea a), do n.º 1, do Ponto I;

b) Não possuam o grau de doutor reconhecido, até à data de fim das candidaturas, caso a sua habilitação seja estrangeira;

c) Não apresentem os documentos ou trabalhos exigidos no Edital ou a sua apresentação seja efetuada fora do prazo estipulado para o efeito;

d) Não reúnam os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECDESP.

3 – O Júri notificará os candidatos da admissão ou exclusão das candidaturas apresentadas, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para efeitos de audiência prévia.

II – Requisitos de admissão em mérito absoluto e respetiva apreciação.

1 – A admissão em mérito absoluto dos candidatos dependerá, cumulativamente:

a) Da posse de currículo global que o júri considere fundamentadamente revestir mérito técnico-científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica já desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e subárea para que foi aberto o concurso e adequados à respetiva categoria docente;

b) Ser detentor de cédula profissional, emitida pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), que comprove que o candidato possui a formação académica e profissional adequada para exercer a profissão de Técnico de anatomia patológica, citologia e tanatológica em Portugal;

c) Do candidato ser autor ou coautor de pelo menos três (3) publicações indexadas.

2 – O voto desfavorável à admissão em mérito absoluto deve ser fundamentado nos seguintes termos:

a) O currículo global do candidato não revelar mérito técnico-científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica, nos termos descritos no número anterior;

b) O candidato não ser detentor de cédula profissional, emitida pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), que comprove que o candidato possui a formação académica e profissional adequada para exercer a profissão de Técnico de anatomia patológica, citologia e tanatológica em Portugal;

c) O candidato não ser autor ou coautor de pelo menos três (3) publicações, nos termos indicados na alínea c) do número anterior.

3 – Para apreciação do mérito absoluto, cada elemento do júri apresenta as candidaturas que entende não atingirem os requisitos referidos no n.º 1 do ponto II, através de propostas escritas fundamentadas, procedendo-se depois à votação de cada uma dessas propostas, em conformidade com o estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do ECDESP, não sendo admitidas abstenções.

4 – Uma candidatura é rejeitada em mérito absoluto se pelo menos uma proposta nesse sentido obtiver uma maioria de votos favoráveis, de entre os membros do júri presentes na reunião, constituindo as propostas, votação e respetivas fundamentações, parte integrante da ata.

5 – O Júri notificará os candidatos da admissão ou exclusão das candidaturas em sede de mérito absoluto, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para efeitos de audiência prévia.

III – Instrução da candidatura

1 – A candidatura deverá ser formalizada obrigatoriamente mediante requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Algarve, disponibilizado na página Web da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>, podendo ser:

a) Entregue presencialmente, dentro do prazo, nos Serviços de Recursos Humanos sitos no piso 0 do edifício da Biblioteca, no Campus da Penha, Universidade do Algarve, em Faro; ou

b) Remetida pelo correio, sob registo, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, para: Serviços de Recursos Humanos, Campus da Penha, Universidade do Algarve, 8005-139 Faro.

2 – O requerimento de admissão ao concurso é instruído obrigatoriamente com os seguintes documentos em formato eletrónico pdf, em língua portuguesa ou inglesa:

a) Documento de identificação válido à data da candidatura;

b) Certificados comprovativos da titularidade dos vários graus académicos que detenha e do título de especialista (se aplicável);

c) Um (1) exemplar do *curriculum vitae*, datado e assinado, no qual constem as atividades técnico-científicas, pedagógicas e outras relevantes para a missão das instituições de ensino superior, realizadas pelo candidato, integrando índice e anexos numerados, respeitando obrigatoriamente a ordenação dos parâmetros e fatores enunciados no Ponto V deste Edital e a lista dos trabalhos a apresentar de acordo com a alínea seguinte;

d) Um (1) exemplar em formato PDF de cada um dos trabalhos que hajam sido selecionados pelo candidato para os efeitos previstos no Ponto V componente A, alínea b) até ao máximo de três (3);

e) Um (1) exemplar em formato pdf do resumo da tese de doutoramento ou das provas de obtenção do título de especialista;

f) Indicação dos resultados da "avaliação da qualidade" realizada em relação às unidades curriculares de que o candidato tenha sido responsável, quando existentes e se aplicável, igualmente para os efeitos do artigo 23.º, n.º 6, alínea b), do ECDESP;

g) Documento com plano de desenvolvimento de carreira, contendo objetivos, plano de desenvolvimento científico e sinopse de linha de investigação que pretende implementar e plano de desenvolvimento pedagógico, no âmbito da área disciplinar e especialidade a concurso, com um máximo de 5000 palavras;

h) Outros documentos que o candidato considere serem de interesse para o júri apreciar cabalmente o seu desempenho técnico-científico, a sua capacidade pedagógica e outras atividades relevantes que por ele hajam sido desenvolvidas, ou que constituam motivo de preferência legal, os quais, todavia, serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados e se o júri assim o entender;

i) Certificado do registo criminal do qual conste que o candidato não se encontra inibido do exercício de funções públicas ou não interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

j) Atestado de robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

k) Boletim de vacinação obrigatória devidamente atualizado.

3 – Os documentos exigidos nas alíneas i), j) e k) podem ser dispensados na apresentação da candidatura, desde que o candidato declare no requerimento sob compromisso de honra, a situação em que se encontre relativamente a cada um desses requisitos, constituindo a ausência de declaração, motivo de exclusão. A entrega destes documentos será exigida, em caso de provimento na vaga a concurso.

4 – Os documentos exigidos nas alíneas a) a h), são enviados numa *pen-drive*, devendo possibilitar a pesquisa e conter as entradas das publicações associadas a ligações (*links*) clicáveis, para o documento que contém a publicação, o qual pode estar gravado no mesmo suporte digital ou existir num repositório de acesso livre na Internet. Deve haver igualmente ligações (*links*) clicáveis para as páginas Web das entidades ou acontecimentos referidos no currículo, sempre que razoável e pertinente, bem como, se possível, para as páginas Web de unidades curriculares de que o candidato haja sido responsável.

5 – A sistematização do *curriculum vitae* e respetivos anexos tem de respeitar a ordenação dos parâmetros e fatores enunciados no Ponto V deste Edital, com prejuízo da informação não ser considerada para a avaliação, o mesmo acontecendo com a acessibilidade aos links, cujo funcionamento deve ser verificado pelo candidato, de modo que os membros de júri tenham acesso à informação.

6 – De acordo com o n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento dos Concursos para a Contratação de Pessoal das Carreiras Docentes na Universidade do Algarve, o júri pode solicitar documentação complementar relacionada com o currículo apresentado.

IV – Audições Públicas

1 – O júri pode decidir promover audições públicas em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 23.º do ECDESP e do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento dos Concursos para a Contratação de Pessoal das Carreiras Docentes na Universidade do Algarve.

2 – Caso o júri do concurso determine a realização das audições referidas no número anterior, as condições e calendário das mesmas serão anunciados aos candidatos com um mínimo de oito (8) dias de antecedência.

V – Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final

A avaliação e seriação em mérito relativo, tem por base os critérios de seriação e respetiva ponderação abaixo identificados, resultando a ordenação, da média ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos parâmetros de avaliação, dentro de uma escala de 0-100 pontos.

Avaliação curricular (100 %) – A Avaliação Curricular incide sobre atividades desenvolvidas pelos candidatos, nos últimos cinco (5) anos, na área e subárea disciplinar a concurso, e a respetiva adequação à categoria de Professor Adjunto, considerando as seguintes componentes:

- a) Desempenho Técnico-Científico e Profissional (30 %);
- b) Capacidade Pedagógica (50 %);
- c) Outras atividades relevantes para a missão da Universidade (20 %);

As componentes acima referidas são avaliadas de acordo com os seguintes parâmetros e respetivos fatores:

A. Desempenho técnico-científico e profissional – 30 %

a) Formação académica (45 %)

i) Grau de Doutor na área de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica, na subárea de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica ou Ciências Biomédicas Laboratoriais ou o título de especialista na área de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (CNAEF-725), com provas realizadas na subárea de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica (50 %);

ii) Licenciatura em Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica ou Ciências Biomédicas Laboratoriais (30 %);

iii) Formação pós-graduada realizada no âmbito do Ensino Superior, considerada relevante para área de concurso (20 %).

b) Produção Técnico-Científica e participação em projetos de investigação e desenvolvimento. Qualidade e quantidade da produção técnico-científica na área e subáreas disciplinares para que é aberto o concurso, expressa pelo número e tipo de publicações (25 %)

i) Publicação de artigos na área em revista científica indexada;

ii) Publicação de resumos em atas de conferências indexadas;

iii) Autoria de livros científicos publicados;

iv) Autoria de capítulos de livros científicos publicados;

v) Membro de Unidade de Investigação e Desenvolvimento;

vi) Participação em projeto de investigação e desenvolvimento, com financiamento.

c) Orientação de trabalhos académicos e profissionais na área e subárea disciplinar a concurso (10 %)

i) Orientação ou coorientação de tese de doutoramento concluída;

ii) Orientação ou coorientação de tese de mestrado concluídos;

iii) Orientação ou coorientação de trabalho de investigação aplicada em licenciatura concluída.

d) Intervenção em comunidades científica e profissional (15 %)

i) Comunicações orais apresentadas em eventos técnico-científicos;

ii) Comunicação poster em eventos técnico-científicos;

iii) Membro de comissão organizadora ou científica de evento técnico-científico;

iv) Participação na qualidade de (co-) editor ou revisor de revistas.

e) Plano de desenvolvimento de carreira (5 %)

B. Capacidade pedagógica – 50 %

a) Atividade letiva numa instituição do Ensino Superior na área e subárea disciplinar do concurso (75 %).

i) Número de semestres de experiência letiva. A pontuação é atribuída na proporção do valor percentual dos contratos;

ii) Unidades curriculares lecionadas;

iii) Regente de unidades curriculares por ano letivo;

iv) Produção e utilização de material pedagógico.

b) Participação em júris de provas académicas (20 %).

i) Participação em júris de trabalhos conducentes de grau académico e/ou outras provas previstas no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior – Doutoramento;

ii) Participação em júris de trabalhos conducentes de grau académico e/ou outras provas previstas no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior – Mestrado;

iii) Participação em júris de trabalhos conducentes de grau académico e/ou outras provas previstas no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior – Licenciatura (Investigação/Estágio).

c) Outras atividades relacionadas com a atividade de ensino (5 %).

C. Outras atividades relevantes para a missão da Universidade – 20 %

a) Exercício de cargos de gestão em órgãos da unidade de ensino ou de Instituição de Ensino Superior (50 %).

i) Membro de órgão de gestão da Unidade Orgânica ou Universidade, nomeadamente, membro do Conselho Científico ou do Conselho Técnico Científico, do Conselho Pedagógico e do Senado;

ii) Outras atividades de gestão relevantes, enquanto membro. Serão consideradas as funções estatutariamente previstas nas instituições onde foram exercidas.

b) Direção/Coordenação de curso/Membro da Comissão de Curso (15 %).

i) Direção/ Coordenação de curso. Serão consideradas as funções estatutariamente previstas nas instituições onde foram exercidas;

ii) Membro da Comissão de Curso. Serão consideradas as funções estatutariamente previstas nas instituições onde foram exercidas.

c) Atividades de Extensão (35 %). Atividades relevantes para o ensino, investigação e ligação à comunidade. Serão consideradas atividades de participação em projetos e ações de ligação à comunidade com afinidade à área do concurso:

i) Membro de comissão organizadora em eventos de promoção/divulgação;

ii) Participação em eventos de promoção/divulgação.

VI – Processo de seriação em mérito relativo

1 – A metodologia de seriação em mérito relativo é a seguinte:

a) Antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexado à ata, com a sua ordenação dos candidatos, a qual se fundamenta na avaliação do desempenho técnico-científico, da capacidade pedagógica, e de outras atividades relevantes, com os respetivos pesos relativos. Nas várias votações, cada membro do júri respeitará sempre a ordenação que apresentou e não são admitidas abstenções;

b) A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar na lista ordenada;

c) Se um candidato obtiver mais de metade dos votos, esse candidato é colocado em primeiro lugar na lista ordenada;

d) Se dois candidatos obtiverem cada um exatamente metade dos votos, o presidente do júri desempata usando como critérios sucessivos de desempate a pontuação nas componentes «Capacidade Pedagógica», «Desempenho Técnico-Científico e Profissional», e «Outras atividades relevantes para a missão da Universidade», prevalecendo o que é colocado em primeiro lugar na lista ordenada; tiver pontuação mais alta;

e) Se nenhuma das situações mencionadas nas alíneas c) e d) ocorrer, realiza-se uma nova votação depois de retirados os candidatos que não obtiveram votos na primeira votação e eliminando também o candidato menos votado, que tenha obtido pelo menos um voto;

f) No caso de haver mais do que um candidato na posição de menos votado, realiza-se uma votação apenas com esses candidatos para decidir qual eliminar. Para esta votação, os membros do júri votam obrigatoriamente no candidato que está mais abaixo na sua seriação;

g) Se nesta votação persistir empate entre dois ou mais candidatos, o presidente do júri decide qual o candidato a eliminar, usando como critérios sucessivos de desempate pontuação mais baixa nas componentes «Capacidade Pedagógica», «Desempenho Técnico-Científico e Profissional», e «Outras atividades relevantes para a missão da Universidade». Será eliminado o candidato com pontuação mais baixa;

h) Depois de eliminar esse candidato e os candidatos que não obtiveram votos na primeira votação, vota-se novamente para o candidato a colocar em primeiro lugar, repetindo, se necessário, o processo acima descrito, até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar;

i) Uma vez colocado um candidato no primeiro lugar da lista ordenada, retira-se esse candidato do escrutínio e repete-se o processo para o segundo lugar, e assim sucessivamente, até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos.

VII – Composição do júri

Presidente: Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas, Vice-reitora da Universidade do Algarve – com competência delegada.

Vogais efetivos

Doutora Regina Augusta Alves Pereira da Silva, Professora Coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto;

Doutora Ana Filipa Quintela Vieira, Professora Coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto;

Doutor Fernando José Figueiredo Agostinho D'Abreu Mendes, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra;

Doutora Maria José Gonçalves Alves, Professora Coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança;

Doutora Carina Alexandra Fernandes Ladeira, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa;

Vogal suplente

Doutor Amadeu José Borges Ferro, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa.

VIII – Consulta do processo

O processo de concurso pode ser consultado nos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, sitos no piso 0 do edifício da Biblioteca, no Campus da Penha, Universidade do Algarve, em Faro, entre as 9h30 e as 12h00 e entre as 14h30 e as 16h30, mediante marcação antecipada.

8 de setembro de 2025. — A Vice-Reitora, Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas.

319523758